

# Como ensinar direitos humanos digitais nas escolas brasileiras?

## Proponente

### Nome do(a) proponente

Tatiane B. Guimarães

### Estado

SP

### Organização

Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (CEPI - FGV DIREITO SP)

### Setor

Comunidade científica e tecnológica

## Co-Proponente

### Nome do(a) co-proponente

Paulo Henrique Trindade Correa

### Estado do(a) co-proponente

AM

### Organização

Centro Popular do Audiovisual (CPA)

### Setor do(a) co-proponente

Terceiro setor

## Formato do workshop

### Formato

Mesa redonda

### Outros

## Resumo do workshop

O tema do workshop é o ensino de direitos humanos digitais na Educação Básica. Ele ganhou importância por obrigações jurídicas das escolas e necessidades práticas de estudantes, docentes e corpo dirigente em combater violações de direitos ocorridas no ou em virtude do ambiente digital. Os participantes apresentarão iniciativas inspiradoras de capacitação de educadores e discutirão como superar obstáculos para incluir o tema nas atividades em salas de aula nas escolas brasileiras.

## Objetivos e conteúdos do workshop

O workshop parte da constatação de que a capacitação de educadores para lidar com temas de direitos humanos digitais nas escolas brasileiras se tornou uma necessidade não apenas em virtude de obrigações jurídicas impostas pelo conjunto de leis e regulamentos educacionais, mas também em razão da discussão cada vez maior do papel das escolas em violações de direitos humanos no ou em virtude do ambiente digital. Questões como cyberbullying, uso e compartilhamento não autorizado de imagens, assédio e discriminação ganham maior proporção

na internet e assustam responsáveis, educadores e jovens.

O objetivo do workshop é reunir pessoas de diferentes setores engajadas na formação de educadores para lidar com esses temas em sala de aula. Espera-se que as/os participantes apresentem suas iniciativas e discutam, à luz delas e de outras que tenham conhecimento:

- quais os obstáculos que existem para formar jovens, professores e dirigentes;
- qual o papel das diversidades regional e de redes de ensino nesses desafios;
- quais os possíveis caminhos para superá-los;
- quais os temas mais relevantes a serem tratados na Educação Básica;
- como desenvolver competências para a cidadania digital;
- quais as possibilidades de atuação em conjunto entre os diversos setores da sociedade.

Ao final, espera-se que o relatório seja capaz de oferecer uma descrição de aspectos práticos e metodológicos de propostas de formação de jovens, professores e dirigentes. Pretende-se conferir visibilidade a iniciativas de atores que fazem a diferença sobre o tema. Também é objetivo inspirar outras pessoas a desenvolverem propostas semelhantes pelo país. Assim, há o desejo de destacar o tema na pauta do debate sobre governança na internet e aprimorar iniciativas que fomentem a sua introdução nos programas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio por meio da ação sobre docentes e dirigentes de escolas públicas e privadas.

### **Relevância do tema para a Governança da Internet**

O uso intensivo da internet pelos jovens os expõe a novos riscos de lesão a seus direitos. Pelo menos 85% das crianças e adolescentes no Brasil já são usuárias da internet (Tic Kids Online Brasil 2018). Mais de um quinto das crianças e adolescentes declarou já ter sido tratado de forma ofensiva, de uma maneira que não gostou ou que os chateou nesse ambiente.

Quem pode ajudar? Recorrer aos responsáveis pode ser inócuo. Metade das crianças e adolescentes considera que seus pais ou responsáveis sabem “mais ou menos” ou “nada” sobre suas atividades na internet. Já os professores poderiam ser mais procurados para os auxiliarem a enfrentar situações relativas a lesões dos seus direitos na web. Em 2017, 40% dos professores ajudaram em situações bullying, discriminação, assédio e disseminação de imagens sem consentimento (TIC Educação 2018).

Seja por uma necessidade fática, seja por uma necessidade jurídica (art. 26 do Marco Civil e Competência nº 5 da Base Nacional Curricular de 2017), as escolas precisam se adequar a essa nova realidade, fornecendo instrumentos para que seus docentes e gestores ajudem estudantes a evitar os danos e aproveitar o potencial da internet.

Para isso, a capacitação de educadores é fundamental, embora pouco enfatizada. Recentemente, surgiram iniciativas dirigidas a professores, como o conteúdo Como ser incrível na internet (Google), e dirigidas a escolas, como a criação dos Professores Orientadores de Informática Educativa (POIEs) na rede municipal de São Paulo. Elas precisam ser visibilizadas e expandidas, a fim de se disseminar o ensino de direitos humanos digitais em um país de dimensões continentais como o Brasil, no qual ainda há uma grande disparidade de oportunidades de acesso à internet entre as regiões, com concentração no sul e sudeste.

A mesa pretende contribuir para a governança da internet ao tratar da formação de educadores para lidar com direitos humanos digitais nas escolas brasileiras.

### **Forma de participação dos(as) palestrantes**

Pretende-se que o workshop se estruture no formato de mesa redonda sem tempo definido de fala para cada participante, mas com tempo definido para cada questão colocada sob debate, da seguinte forma:

- Apresentação de participantes e do tema (5min);
- Debate em torno de duas questões (30min);
- Reação da audiência (10min);
- Debate em torno de duas questões (30 min);
- Reação da audiência (10min);
- Encerramento (5min).

Nos momentos de debate a fala será livre aos debatedores, sendo papel da moderadora estimular novas falas se o debate acabar ou restringir comentários se alguém assumir um protagonismo desmedido em relação aos demais. Distribuído igualmente o tempo, espera-se que os 6 participantes contem com em torno de 10 minutos de participação cada.

Nos momentos de reação a fala será livre à plateia para que: (i) apresente seus próprios relatos e opiniões sobre o tema; (ii) concorde ou discorde dos debatedores; ou (iii) apresente perguntas de reflexão para o relatório final da mesa.

### **Engajamento da audiência presencial e remota**

O engajamento da audiência (presente e remota) se dará de quatro formas:

1. Uma questão será definida por votação do público por meio de formulário eletrônico, dentre um rol de perguntas previamente sugeridas pela organização;
2. Duas questões serão escolhidas pela moderadora entre perguntas feitas pelo público no mesmo formulário eletrônico. Se a pessoa

estiver presente, ela mesma poderá apresentá-la à mesa;

3. Nos momentos de reação, as pessoas poderão: (i) apresentar seus próprios relatos e opiniões sobre o tema; (ii) concordar ou discordar dos debatedores; ou (iii) apresentar perguntas de reflexão para o relatório final da mesa;

4. Durante e após o evento e durante a elaboração do relatório, o público-alvo (professores e corpo dirigente de escolas) poderá oferecer (i) relatos e (ii) perguntas de reflexão para o relatório final por meio de uma hashtag a ser definida (por exemplo, a hashtag #fgvcepi já utilizada pelo Centro).

### Resultados pretendidos

Ao final da oficina, espera-se:

- Conferir visibilidade a iniciativas de diferentes atores para a capacitação de educadores para tratamento do tema de direitos humanos digitais nas escolas;
- Por meio dessa visibilidade, inspirar outras pessoas que estejam presentes ou que assistam posteriormente ao vídeo a realizar iniciativas semelhantes (ou aderir às existentes);
- Possibilitar aos atores na mesa e a outras pessoas interessadas trocar know-how sobre como estruturar, ampliar e disseminar essas iniciativas;
- Refletir criticamente sobre a própria formação dos educadores para o tema, especialmente no tocante à seleção de temas, à metodologia de ensino e aprendizagem, aos meios de comunicação e divulgação etc.;
- Propor soluções para desafios encontrados nessas e em outras iniciativas, especialmente aqueles causados pelo tamanho do país, pela diversidade regional (inclusive no uso da tecnologia) e pela diferença de estrutura entre escolas privadas e públicas.

### Relação com os princípios do Decálogo do CGI.br

Liberdade Privacidade e Direitos Humanos

#### Temas do workshop

Capacitação digital

Cidadania digital

Desafios da Internet e sociedade

## Participantes

### Palestrante: Luiz Castro Andrade Neto

<b>UF</b>	AM
<b>Organização</b>	Secretaria de Estado de Educação e Qualidade no Ensino
<b>Setor</b>	Governamental

#### Mini biografia

Luiz Castro Andrade Neto, nasceu na cidade de São Paulo (SP), em 1958. Mudou-se para o Amazonas em 1977, aos 18 anos, e foi morar no município de Envira. É advogado, professor e político brasileiro filiado à Rede Sustentabilidade. Atual secretário de Educação do Estado do Amazonas. Luiz Castro foi prefeito de Envira, no alto Juruá, aos 23 anos, cargo que exerceu por dois mandatos.

### Palestrante: João Cury Neto

<b>UF</b>	SP
<b>Organização</b>	Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
<b>Setor</b>	Governamental

#### Mini biografia

João Cury Neto é um advogado e político brasileiro. É filho do ex-prefeito de Botucatu, Jamil Cury, e irmão do deputado estadual Fernando Cury. Atualmente é Secretário Municipal da Educação de São Paulo. Nas eleições de 2008 foi eleito prefeito da cidade de Botucatu, sendo reeleito nas eleições de 2012.

**Palestrante: Kelli Angelini Neves**

**UF** SP  
**Organização** Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto.br (NIC.br)  
**Setor** Terceiro Setor

**Mini biografia**

Kelli Angelini Neves, mestre em Direito Civil pela PUC-SP, é assessora jurídica do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) desde 2002. Também participou da comissão que implementou o Sistema Administrativo de Conflitos de Internet (SACI).

**Palestrante: Marina Feferbaum**

**UF** SP  
**Organização** Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (CEPI - FGV DIREITO SP)  
**Setor** Comunidade Científica e Tecnológica

**Mini biografia**

Doutora (2016), Mestre (2009) e Graduada (2006) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Coordenadora da área de Metodologia de Ensino da DIREITO SP desde 2011. Na DIREITO SP também coordena pesquisas do CEPI e cursos de pós-graduação lato sensu da rede FGV, além ter sido professora de metodologia científica e internacionalização das áreas jurídicas nesses cursos.

**Moderador(a): Jéssica Botelho**

**UF** AM  
**Organização** Centro Popular do Audiovisual  
**Setor** Terceiro Setor

**Mini biografia**

Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas. Colaboradora no Centro Popular do Audiovisual/Núcleo de Estudos e Práticas em Cibercultura.

**Relator(a): Guilherme Forma Klafke**

**UF** SP  
**Organização** Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (CEPI - FGV DIREITO SP)  
**Setor** Comunidade Científica e Tecnológica

**Mini biografia**

Líder de projetos e pesquisador do Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP. Doutorando (2016-2019) e Mestre (2012-2015) em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (2011). É colaborador da Sociedade Brasileira de Direito Público desde 2011, onde coordenou a Escola de Formação Pública (2017).

**Palestrante: Rafaela Nicolazzi**

**UF** SP  
**Organização** Google Brasil  
**Setor** Empresarial

**Mini biografia**

Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente, é Analista Jurídica Senior na Google Brasil Ltda.

**Palestrante: Paloma Mendes Saldanha**

**UF** PE  
**Organização** Placamae.org  
**Setor** Terceiro Setor

**Mini biografia**

Doutoranda e Mestre (2016) em Direito e tecnologia da informação pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP; ALUMNA do International Visitor Leadership Program do Departamento de Estado dos Estados Unidos - Legislation and Regulation for the digital age (2018). Pesquisadora do grupo LOGOS - Processo, Linguagem e Tecnologia (UNICAP/CAPEs). Professora de Ensino Superior. Advogada. Mãe.

---

---